

Discurso patrimonialista e hegemonia neoliberal no Brasil

Leonardo de Oliveira Fontes – mestrando USP

Qualquer um que queira fazer uma análise rápida e direta da sociedade brasileira hoje, ou melhor, do padrão de relacionamento entre Estado e sociedade, não terá dúvidas em caracterizá-lo com adjetivos que, mesmo de forma não intencional, estão carregados de história política e intelectual. Uma breve olhada nos jornais e não teremos dúvidas em afirmar de maneira categórica que a principal fonte dos problemas do Brasil está na classe política e em suas práticas *patrimonialistas* de apadrinhamento, nepotismo, empreguismo, corrupção, favorecimento, etc.; em suma, em uma eterna confusão entre público e privado. Trata-se de um discurso que inegavelmente galgou uma posição hegemônica no país e é amplamente disseminado por políticos, intelectuais e pela imprensa em geral.

Neste sentido, o objetivo deste artigo não é desqualificar essa interpretação do Brasil, mas se limita a levantar alguns elementos que nos permitam compreender como foi construída essa hegemonia e de que maneira ela se relaciona com a introdução do neoliberalismo no Brasil no início dos anos 1990. Para isso, buscaremos fazer uma breve história político-intelectual de como esse discurso foi aos poucos ganhando posição de destaque na sociedade brasileira, mostrando, por um lado, sua construção teórica (baseado principalmente nos textos de Raymundo Faoro *Os donos do poder* e de Simon Schwartzman *Bases do autoritarismo brasileiro*) e, por outro, sua penetração política no público extra-acadêmico de meados da década de 1970 até o início dos anos 1990. Assim, buscando unir história das idéias com a história política do Brasil, levantamos a hipótese central deste artigo de que o neoliberalismo só se tornou possível no Brasil enquanto prática política na medida em que encontrou suas *afinidades eletivas* com essa visão patrimonialista do Estado brasileiro¹.

A construção da hegemonia do discurso patrimonialista no Brasil

Conforme aponta Werneck Vianna (1999):

a versão hoje hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a interpretação no Brasil tem sido aquela dos que apontam o nosso *atraso* como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos sujeitos, a chamada herança do patrimonialismo ibérico. (WERNECK VIANNA, 1999: 35, *destaque no original*).

¹ O material jornalístico consultado para a elaboração deste artigo foi encontrado na tese de doutorado de Francisco Fonseca, posteriormente publicada em livro e no banco de dados POLI, elaborado sob responsabilidade de Brasília Sallum Jr. e Eduardo Graeff, as referências estão especificadas abaixo.

Tal visão tem suas origens na conceitualização weberiana de patrimonialismo e de despotismo oriental e no Brasil segue uma *linhagem* liberal do pensamento político brasileiro (Cf. Brandão, 2007), iniciada por Tavares Bastos ainda no século XIX. Assim, Faoro resume o próprio argumento da seguinte maneira:

De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou o pré-capitalismo (FAORO, 2001: 819).

Esse “capitalismo político” teria moldado a realidade e incorporado “o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo” (FAORO, 2001: 819). E, dessa forma, os assuntos de ordem privada seriam comandados e supervisionados pela comunidade política em uma estreita e fluida demarcação entre o público e o privado. O tipo de dominação resultante desta articulação política seria o *patrimonialismo*, “cuja legitimidade se assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi” (FAORO, 2001: 819).

Com isso, Faoro constrói uma análise da história brasileira que nega qualquer teoria da história que enxergue no capitalismo uma tendência natural de desenvolvimento, tanto de cunho liberal quanto de viés marxista. Pois, a realidade brasileira revelaria a persistência do patrimonialismo, que “adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigar” (FAORO, 2001: 822). Assim, ao contrário do que poderia ser imaginado, o patrimonialismo não seria incompatível com o moderno capitalismo (ao contrário do feudalismo), já que ele seria capaz de se amoldar às transições, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação numa amplitude que varia desde a gestão direta até a regulamentação material da economia. (FAORO, 2001: 823-4).

Faoro constrói, assim, uma “história imóvel” do Brasil (Cf. Bortoluci, 2009), ou seja, estaríamos submetidos a um patrimonialismo tão fortemente “sufocante”, “tutelador”, “sobranceiro”, “autônomo”, que mesmo existindo “momentos e tendências centrífugas”, “estes seriam invariavelmente derrotados ou permaneceriam secundários” (CAMPANTE, 2003: 159), daí a imagem da “viagem redonda” apontada por Faoro.

Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhes a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. (FAORO, 2001: 834).

Dentro deste quadro, o comando da vida política e social brasileira não estaria submetido a uma lógica racional-burocrática ou a uma dinâmica de classes sociais, mas

viveríamos sobre o império de um “estamento burocrático”, que teria adquirido certo conteúdo aristocrático, em que o governo se colocaria como árbitro diante do equilíbrio ou impotência das classes. A esfera política se encontraria, então, autônoma do restante da sociedade, organizando a nação a partir de uma unidade central, com forte intervenção sobre o domínio econômico. Do mesmo modo, o estamento burocrático desenvolveria um movimento pendular sobre as classes, pois seria divorciado delas, dando a falsa impressão de favorecer um ou outro lado, dependendo do momento.

Esta interpretação do Brasil elaborada por Faoro em *Os donos do poder* tem sua primeira edição datada de 1958 sem, contudo receber grande reconhecimento de imediato (Cf. Bortoluci, 2009). Será somente com a segunda edição de sua obra, em meados dos anos 1970 (mais precisamente, 1973) que ela se tornará um clássico do pensamento político-social brasileiro com grande importância política e intelectual. É bem verdade que algumas modificações foram inseridas no texto, como o acréscimo de dois capítulos, uma reformulação na disposição dos assuntos e a explicitação “com maior clareza” de alguns conceitos chave, como afirma o próprio autor no prefácio da segunda edição do livro (FAORO, 2001: 13). Contudo, a hipótese que pretendo sustentar aponta para outros fatores de ordem política e histórica para essa melhor recepção do livro em sua segunda edição.

O ano de 1973 é marcado pela primeira crise internacional do petróleo em pleno auge do “milagre econômico” brasileiro. No ano seguinte, a ARENA (partido que sustentava o governo militar) perderia as eleições gerais realizadas em todo o Brasil para o MDB e o presidente-general eleito pelo colégio eleitoral Ernesto Geisel colocaria em prática o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), um amplo programa de investimentos estatais, focado sobretudo na indústria de base e insumos, que acarretaria num brutal aumento da participação estatal na economia e no endividamento externo².

Esse forte aumento da participação do Estado na economia gerou, a partir de dezembro de 1974, uma forte “campanha contra a estatização”, que teve início nos meios de comunicação, mas acabou ganhando penetrabilidade nos meios empresariais nos anos seguintes (Cf. VELASCO E CRUZ, 1995). A partir de então e durante o ano de 1975 e o primeiro semestre de 1976, o tema do “capitalismo de Estado”³ já criticado por Faoro, será

² Não pretendo fazer aqui um balanço do II PND, minha intenção é somente pontuar sua importância para uma mudança na perspectiva da imprensa e do empresariado em relação à participação do Estado na economia, como ficará mais claro a seguir. Para uma discussão mais aprofundada do assunto conferir, por exemplo: DAVIDOFF CRUZ, 1983; CASTRO e SOUZA, 1985 e CARNEIRO, 2002.

³ Exemplo bastante significativo é o dossiê apresentado pela revista Visão em maio de 1975, com mais de 50 páginas, intitulado “Brasil: capitalismo de Estado?” (Cf. VELASCO E CRUZ, 1995).

alvejado por diversos órgãos da imprensa, com o apoio de economistas de renome no país e notadamente liberais e, posteriormente, (mais precisamente julho de 1975) atingirá também os círculos empresariais. O tema ganhará progressivamente importância nos debates públicos e só sairá de cena quando o governo o assume como ponto central de discussão interna, em meados de 1976.

Como demonstra Velasco e Cruz (1995), o período em questão, marcado pelo II PND, é também o período em que o suposto distanciamento entre Estado e sociedade se revela mais contundente, assumindo ares de visão oficial por parte do governo, por meio do projeto de “Brasil potência”: “no governo Geisel ganha foros de doutrina oficial uma concepção que subordina a economia à política e define o Estado como arquiteto do porvir que, sob sua direção, seria realizado pelos agentes privados” (VELASCO E CRUZ, 1995: 128).

Neste quadro, em que caberia à empresa estatal o papel de liderança dentro do novo modelo de desenvolvimento que se desejava implantar no Brasil, entende-se o ataque que a imprensa e a iniciativa privada empreenderam contra a propalada “estatização da economia”. Fica mais claro também porque as teses de Faoro são mais aceitas neste contexto do que em meados da década de 1950. A idéia de uma estrutura burocrática situada acima das disputas de classe, típicas de uma sociedade capitalista, passa a constituir, em certa medida, o discurso oficial do Estado. O diagnóstico do patrimonialismo do Estado brasileiro, com as categorizações do “capitalismo de Estado” e de um “estamento burocrático” acima e apartado da sociedade civil, começa a ganhar penetrabilidade na sociedade brasileira.

Na cena intelectual começam a surgir diversos estudos que corroboram, pelo menos em parte, as teses de Faoro, é o caso de *O Minotauro Imperial* (1978) de Fernando Uricoechea e *A Construção da Ordem: a elite política imperial* (1980) de José Murilo de Carvalho, que apesar de suas variantes em relação a Faoro, e de se debruçarem mais especificamente sobre o Estado durante o período imperial, estabelecem um diálogo direto ou indireto com seu legado teórico (Cf. CAMPANTE, 2003).

Contudo, será a produção teórica de Simon Schwartzman que terá maior influência sobre o ambiente político-intelectual brasileiro, primeiro com *São Paulo e o Estado Nacional* (1975) e mais ainda com *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982). No segundo, que em grande parte retoma as principais idéias do primeiro, Schwartzman propõe uma visão que se assemelha à análise de Faoro em diversos aspectos.

Primeiramente, Schwartzman (1982) irá definir a estrutura de participação política no Brasil por meio da idéia de cooptação política, em oposição à representação. De acordo com o autor, trata-se de uma forma débil de participação e que seria controlada hierarquicamente de cima para baixo. Além disso, ele afirma que tais práticas tenderiam a prevalecer “em contextos em que estruturas governamentais fortes e bem-estabelecidas, antecedem historicamente os esforços de mobilização política de grupos sociais”. Nestas condições, as posições governamentais seriam buscadas como forma de mobilidade social, o que significaria que a organização governamental teria adquirido as características de um patrimônio a ser explorado, daí a caracterização do *patrimonialismo* (SCHWARTZMAN, 1982: 23).

Da mesma forma, Schwartzman (1982) concorda com Faoro no fato de que não haveria uma necessária distinção ou superação entre o moderno capitalismo industrial e urbano e uma dominação política patrimonial, pelo contrário, de acordo com Schwartzman, essa política apesar de tradicional, não seria característica do meio rural, mas do ambiente urbano e moderno. Schwartzman acrescenta ainda que a dominação política de tipo racional-legal, caracterizada por Weber e típica dos países ocidentais, teria se originado com base no contrato social estabelecido entre o patrimonialismo dos regimes absolutistas e a emergente burguesia. Por outro lado, nos países onde não existiu uma burguesia com a mesma força ascendente correr-se-ia o risco de ocorrer uma combinação entre governos centrais comandados por uma racionalidade substantiva (em oposição à racionalidade formal e que tenderia a maximizar objetivos independentemente das regras formais) e massas passivas, destituídas e mobilizáveis (SCHWARTZMAN, 1982: 46-48). Assim, na visão de Schwartzman, seria possível a manutenção de uma racionalidade sem legalidade, configurando “uma racionalidade de tipo exclusivamente ‘técnica’, onde o papel do contrato social e da legalidade jurídica seja mínimo ou inexistente” (SCHWARTZMAN, 1982: 49)⁴. Eis a caracterização do patrimonialismo moderno ou neopatrimonialismo feita por Schwartzman.

Entretanto, o autor ainda acrescentará dois traços fundamentais a esse tipo de dominação política no Brasil que serão essenciais para a construção da hegemonia deste discurso nos anos subsequentes. O primeiro deles, já está expresso no próprio título do livro

⁴ Caberia destacar uma crítica feita a Faoro por Schwartzman, por meio da qual este vem a desqualificar a categoria “estamento burocrático” cara a Faoro. Segundo Schwartzman, a burocracia e a classe política, parcela dominante no patrimonialismo moderno, não teriam honra nem méritos próprios, não podendo, assim, serem caracterizados como estamento, na estreiteza da definição weberiana.

e está na associação explícita entre patrimonialismo e autoritarismo. Ao caracterizar a estrutura de cooptação corporativa do Estado brasileiro, Schwartzman mostra uma tendência constante de redução do conflito político, pela redução de seu escopo com monopólios de privilégios e com uma estrutura de partidos políticos frágeis. Assim, com o predomínio da cooptação sobre a representação, a política tenderia a girar em torno do Estado, funcionando um mecanismo de alienação de poderes por parte da população e não de delegação; a sociedade seria, então, percebida como composta de partes que se relacionam com o poder central, sem relações diretas entre as partes. Estão dadas as *bases do autoritarismo brasileiro* (SCHWARTZMAN, 1982).

O segundo traço apontado por Schwartzman que gostaríamos de destacar é o caráter funcional da dependência externa para a manutenção do Estado patrimonial, pois esta dependência impossibilitaria o fortalecimento de grupos econômicos nacionais, que acabariam por se tornar cada vez mais dependentes de favores e privilégios do Estado para sobreviverem. Schwartzman nota um padrão comum desde o período colonial no Brasil: o crescimento da centralização política simultaneamente à dependência econômica. Apesar de reconhecer a necessidade de maiores aprofundamentos históricos em torno dos detalhes desta relação, ele a resume da seguinte maneira:

O padrão de dependência externa [...] significou, assim, não apenas que os recursos e a riqueza nacional eram canalizados para o exterior, o que, em certo sentido, é conceitualmente trivial, mas também que, neste processo, o Estado patrimonial foi capaz de sobreviver ao limitar as oportunidades de organização e manifestação política independente por parte dos grupos nacionais que detinham uma base produtiva própria, fossem industriais, capitalistas ou trabalhadores. Confrontados com um setor político dominante, que gozava do apoio de interesses econômicos estrangeiros poderosos, os grupos nacionais podiam implorar, pressionar, ou reivindicar favores especiais e concessões dos detentores do poder políticos, mas nunca poderiam aspirar a conquistá-lo e submetê-lo a seus próprios fins. [...] Apenas o Estado, ele mesmo, foi capaz, quando as condições existiam, de tentar esta transformação, independentemente e, às vezes, às expensas dos partidos políticos e dos setores sociais nacionais. (SCHWARTZMAN, 1982: 104-5).

Assim, o diagnóstico de Schwartzman irá se encaixar com perfeição na conjuntura política e econômica dos anos 1980. Pois, ao mesmo tempo em que o regime autoritário brasileiro entrava em sua crise final, a dependência externa, representada pela ruptura do

padrão de financiamento externo (o que culminaria com a moratória da dívida brasileira em 1987), aumentava de forma exponencial⁵.

Para não fugir do escopo deste artigo, não iremos nos debruçar demasiadamente sobre essa possível relação entre patrimonialismo, autoritarismo e dependência externa apontado por Schwartzman. Nosso intuito aqui é somente mostrar que diversos elementos teóricos e políticos contribuíram progressivamente para que o discurso do patrimonialismo do Estado brasileiro fosse cada vez mais aceito pela sociedade brasileira nas décadas de 1970 e 1980.

Patrimonialismo e neoliberalismo

Assim, chegamos à segunda metade da década de 1980 em uma conjuntura política e econômica de crise generalizada. O Estado, que havia sido o principal fiador do crescimento econômico nas décadas anteriores, tinha perdido sua capacidade de endividamento externo e amargava uma grave crise fiscal. A inflação atingia patamares cada vez mais preocupantes e os seguidos planos de cunho heterodoxo se mostravam incapazes de controlá-la⁶, o que contribuía para fomentar o diagnóstico ortodoxo que a culpa da inflação estava nos déficits públicos⁷. A grande maioria das empresas estatais apresentava resultados negativos, pois foram, durante muito tempo, usadas como mecanismo de controle de preços. Além disso, a transição democrática ainda não estava concluída, uma nova constituição estava sendo elaborada e o Presidente da República perdia progressivamente a autoridade necessária para o exercício do cargo na medida em que a economia não respondia aos planos do governo e as acusações de troca de favores políticos cresciam. Assim, o patrimonialismo encontrou terreno mais fértil do que em qualquer outro período para se estabelecer como discurso hegemônico no Brasil. A segunda parte deste artigo buscará, então, mostrar como se deu a apropriação deste discurso pela imprensa e posteriormente por políticos e empresários no país, galgando esta posição de destaque na opinião pública nacional.

⁵ Como aponta Carneiro (2002), entre os anos 1983 e 1989, ou seja, após a crise desencadeada pela moratória mexicana de 1982, o Brasil se tornou um exportador líquido de capitais, ao contrário do que havia sido o padrão nas décadas passadas.

⁶ Diversos autores assinalam a importância do fracasso do Plano Cruzado no controle da inflação para consolidar a ruptura do empresariado com o pacto desenvolvimentista, pois temiam que o Estado começasse a retirar recursos em demasia do mercado ou que ele passasse a intervir sistematicamente em setores como o controle de preços (Cf. SALLUM JR., 1996; VELASCO E CRUZ, 1997; e PADILHA, 2002).

⁷ Evidentemente, a culpa dos déficits orçamentários do governo será jogada sobre as práticas patrimoniais do Estado brasileiro.

Um primeiro ponto que deve ser destacado se refere à “cultura empresarial”, muitas vezes criticada inclusive pelo Presidente da República, como um dos elementos responsáveis pela escalada da inflação no Brasil. Esse padrão cultural do empresariado brasileiro, que não estaria disposto a correr riscos, não será negado, mas será atribuído justamente ao seu padrão de relacionamento com o Estado. “A cultura empresarial apodreceu no rastro da podridão pelo choque de interesses dentro do governo” afirmava a este respeito um editorial do *Jornal do Brasil*, completando “É preciso restaurar no Brasil o conceito de investimento de risco, e restaurar as relações entre o capital e o trabalho fora dos circuitos do estado e da estatização” (*Jornal do Brasil*, 13/5/87 *apud* Fonseca, 2005: 199-200). Ainda nesta linha, o mesmo periódico argumentara meses antes: “Nos Estados Unidos um cidadão nasce pensando em ser empresário, enquanto no Brasil nasce pensando num emprego. [...] é uma realidade cultural que deriva da nossa tradição patrimonialista” (*Jornal do Brasil*, 27/11/86 *apud* Fonseca, 2005: 200). Quer dizer, se havia uma cultura política danosa entre os brasileiros, esta era resultado das práticas estatais que havia deixado empresários e trabalhadores “mal acostumados” a depender sempre de favores do Estado.

Do mesmo modo, *O Globo* também iria apontar “a mentalidade corporativista” como causa fundamental dos problemas brasileiro, afirmando que “o reiterado apelo ao socorro do Estado, à política oficial, como remédio para todos os problemas, estruturais como conjunturais” negaria “implicitamente, a dinâmica própria do mercado” (*O Globo*, 25/3/87 *apud* Fonseca, 2005: 209). Com isso, o jornal também criticava a mentalidade típica do brasileiro de sempre recorrer ao Estado e acabava tacitamente jogando a culpa desse comportamento sobre a estrutura patrimonialista do Estado que o transformava num balcão de negócios privados.

Assim, adjetivos como “cartorialismo”, “neomercantilismo” e “nacional-oligarquismo” serão usados para caracterizar as práticas prejudiciais e equivocadas do Estado brasileiro, as quais o jornal *Estado de S. Paulo* atribuída não apenas a setores industriais desejosos de manter seus privilégios no mercado, mas principalmente a “presunção da burocracia estatal de que incumbe ao Estado promover o desenvolvimento contra o estrangeiro” (*O Estado de S. Paulo*, 14/4/88 *apud* Fonseca, 2005: 261).

A postura anti-estatal e o diagnóstico patrimonialista irão ganhar ainda mais força quando o fracasso da implementação da “nova política industrial”, lançado pelo governo em 1988 e inicialmente saudado como liberalizante, foi atribuído a interesses da burocracia estatal que não desejava perder poder e influência sobre os rumos da economia: “O que se

prepara nos poderosos bastidores do terceiro escalão, [...] consegue até suprimir um ou outro dispositivo liberalizante do Decreto-Lei reformista” (*O Globo*, 17/8/88 *apud* Fonseca, 2005: 222).

Com esse tipo de caracterização, começam a ganhar rosto os beneficiados pelas práticas patrimoniais. Fato que seria completado pela promulgação da nova Constituição e a manutenção de diversos mecanismos de intervenção estatal no texto constitucional, dando o caldo político que faltava para a consolidação da visão anti-patrimonialista no Brasil. O *Estado de S. Paulo* em um editorial bastante sugestivo irá sintetizar o espírito da Carta Constitucional no ato simbólico de sua assinatura pelo Presidente da Constituinte, para o qual utilizou uma caneta ofertada pelos funcionários do Congresso:

O gesto do presidente da Câmara, ao usar a caneta oferecida pelos funcionários do Poder Legislativo, justifica-se plenamente [...] porque os servidores do Congresso são funcionários públicos e esta corporação foi a mais beneficiada de todas no texto constitucional (*O Estado de S. Paulo*, 8/10/88 *apud* Fonseca, 2005: 270).

Com isso, o jornal busca afirmar que foram mantidos “os velhos hábitos do empreguismo, do nepotismo e do patrimonialismo da política brasileira”, ou seja, as assertivas de Faoro teriam sido reforçadas pelo novo texto constitucional e o “estamento burocrático”, por ele caracterizado, continuaria sendo o setor dominante e mais privilegiado na sociedade brasileira.

Seria, contudo, os editoriais da *Folha de São Paulo* que dialogariam de maneira mais explícita com as teses do Estado patrimonial. Já em 1986, o jornal assumia a idéia levantada por Schwartzman e explicitada acima, da íntima relação entre dependência externa e o padrão patrimonial de relação entre Estado e sociedade.

Aqui, o subdesenvolvimento aliou-se ao atraso político, de tradição populista e autoritária, para tecer, sob a espessa couraça do setor público, uma monstruosa rede de laços de dependência baseados no favor, no clientelismo, na proteção cartorial, no tráfico de influência e na corrupção. O problema [...] tem origens estruturais, identificáveis no modo como a sociedade se organizou, ‘de cima para baixo’. (*Folha de S. Paulo*, 15/6/86 *apud* Fonseca, 2005: 248-9).

As semelhanças não são mera coincidência. Dois anos mais tarde, a *Folha* iria ampliar seu ataque a esta “cultura política” do país ao definir a existência no Brasil de um “capitalismo sem risco”, isto é, “um capitalismo parasitários, que não apenas custa caro para a população como ainda inibe o surgimento dos verdadeiros empreendedores”. Assim, o jornal não hesitaria em despejar sobre o Estado e seus agentes a responsabilidade por todas as dificuldades enfrentadas pelo país. A transformação completa destas práticas seria uma

exigência que pode desagradar ao burocrata estatal, sempre atento aos próprios privilégios, a seu prestígio social e às mordomias que arranca de uma população mergulhada na miséria; que pode prejudicar os incompetentes, os parasitas, os que enriquecem à custa da falência pública (*Folha de S. Paulo*, 26/8/88 *apud* Fonseca, 2005: 247).

Com isso, a *Folha* apontava claramente os atores diretamente interessados na manutenção do quadro, ou seja, assim como os demais periódicos, ela não apenas atualizava o diagnóstico do patrimonialismo no Brasil, como igualmente mostrava os responsáveis àquele tempo pela permanência do quadro.

A partir de então, os ataques serão cada vez mais sistemáticos ao “estamento burocrático” e suas práticas arcaicas. Seja de forma específica, como nas acusações do constituinte José Fogaça ao Presidente Sarney ao afirmar este teria se valido “do poder de pressão da máquina do Estado, do clientelismo e do patrimonialismo, [...] para fazer valer um sistema de poder [...] nos mesmos moldes da República Velha” (SALLUM JR. e GRAEFF, 2004); seja de maneira mais geral ao acusar as “elites políticas” de cuidarem “apenas de seus interesses de grupo” (*O Estado de S. Paulo*, 23/04/1989 *apud* SALLUM JR. e GRAEFF, 2004).

Assim, o patrimonialismo fora constituído como uma “ideologia do atraso” no Brasil (Cf. SOUZA, 1998) segundo a qual estaríamos em déficit em relação à cultura ocidental moderna advinda da ética protestante. Contudo, essa “história imóvel” desenhada pela idéia de patrimonialismo apresenta apenas implicitamente um programa de transformação da sociedade brasileira. Este programa, para ganhar em definitivo o apoio da sociedade brasileira, precisará, necessariamente, apelar para o *imaginário moderno* que sempre acompanhou a vida política e acadêmica no Brasil, ou seja, este programa deve ser um *programa modernizador*. Este papel fundamental será desempenhado pelo encontro com uma outra ideologia, que chegará lastreada pela contemporânea guinada conservadora no plano internacional, trata-se justamente do neoliberalismo.

Além deste contexto internacional em que o neoliberalismo ampliava progressivamente suas fronteiras de influência sobre as políticas governamentais o último ano da década de 1980 no Brasil foi também marcado pela primeira eleição direta e democrática em mais de vinte anos. Por isso, seria natural que os candidatos (e os eleitores) buscassem representar algo novo, que se opusesse à “tradicional cultura política brasileira”. O tema do patrimonialismo entrará em definitivo na agenda política do país e o neoliberalismo surgirá como solução definitiva de todos os males do Brasil.

É neste sentido que *O Estado de S. Paulo* publicaria um editorial celebrando o fato de o partido do governo (PMDB) obter um desempenho extremamente fraco nas pesquisas eleitorais e atribuía a isso, as práticas nefastas que aquele partido teria mantido enquanto governo: "o povo, por enquanto pelo menos, está decidido a mudar, não suporta mais o fisiologismo, o patrimonialismo, o nepotismo cínico e o oportunismo desenfreado do estilo político predominante no Brasil e adotado pelo PMDB" (*O Estado de S. Paulo*, 09/06/1989 apud SALLUM JR. e GRAEFF, 2004).

Diversos candidatos, e de maneiras distintas, tentarão captar este ímpeto em prol da mudança. O Senador Mário Covas, por exemplo, depois de já indicado candidato pelo PSDB, faria um discurso no Senado em que defendia um "choque de capitalismo" no Brasil, a partir de uma profunda reforma do Estado:

É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o estado no Brasil. tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios (COVAS, 1989: 5).

Contudo, a opinião pública estava ciosa por algo realmente novo, que representasse uma verdadeira ruptura com esse passado patrimonialista e trouxesse consigo todo esse imaginário de modernização necessária para o Brasil. Um político jovem, aparentemente desvinculado dos tradicionais jogos do poder e conhecido como "caçador de marajás" cairia como uma luva neste papel⁸. A figura de Collor de Mello e seus discursos e atitudes marqueteiras foram essenciais para tornar a eleição de 1989 numa disputa entre o "moderno" e o "arcaico", adjetivos que voltam a ganhar força na virada de década no Brasil.

Assim, seja declarando apoio explícito ao referido candidato, como *O Globo* ao afirmar: "O jornal insiste na necessidade da discussão a fundo dos grandes problemas nacionais, entre eles a opção entre o moderno e o arcaico, o peso do Estado na economia [...]" (*Jornal do Brasil*, 15/9/89, apud FONSECA, 2005: 285). E em outra oportunidade: "As idéias de Collor [...] são modernas. Ele prega o restabelecimento da eficiência da economia,

⁸ O jornal Folha de S. Paulo definia da seguinte maneira o crescimento de Collor nas pesquisas de opinião e sua apregoada "caça aos marajás": "[...] o fenômeno eleitoral de Collor de Mello – por mais precário e inconsistente que se comprove sua postulação – reflete aspirações generalizadas da opinião pública. [...] O "marajá" não é propriamente o corrupto, mas o símbolo do empreguismo e do desperdício dos recursos estatais. [...] o que surge, com mais e mais clareza, é um fenômeno mais amplo – a circunstância de o Estado ter-se transformado no principal empecilho para a modernização do país." (Folha e S. Paulo, 20/9/89, apud FONSECA, 2005: 307).

na razão direta de um Estado mais magro e mais ágil – como única via para alcançar justiça social.” (*O Globo*, 15/12/89, *apud* FONSECA, 2005: 295). Ou de forma mais velada e abstrata, apelando apenas para categorias já marcadas no imaginário nacional, como fazia a *Folha*:

A sociedade vai pagando o preço de seu atraso político, de sua complacência com o fisiologismo, de seus tabus doutrinários, de suas deficiências e desníveis no que tange à sua capacidade organizativa de acesso à informação.

[...] mais e mais se vêem indícios, aliás, da ênfase com que a opinião pública está disposta a apoiar iniciativas de modernização econômica, de combate ao empreguismo e ao desperdício (*Folha e S. Paulo*, 19/4/89, *apud* FONSECA, 2005: 297).

A campanha contra o patrimonialismo estava agora travestida de uma campanha pela modernização, o que implicitamente significava uma campanha a favor do neoliberalismo e uma campanha pró-Collor⁹, na qual o que estava em jogo era:

A necessidade imperiosa de remodelar a máquina do Estado, de promover cortes violentos na administração pública, de impor padrões de racionalidade e eficiência, de extirpar o déficit público, de levar a cabo uma política de privatização, [o que] exige um presidente ousado, empreendedor, dotado de qualidades administrativas e de uma visão estratégica de modernização (*Folha e S. Paulo*, 3/5/89, *apud* FONSECA, 2005: 304).

Assim, estava posta a íntima relação entre o ser “moderno” e as transformações necessárias ao Brasil. É neste sentido que, à véspera da eleição, *O Estado* conclama seus leitores a votarem na “Revolução Liberal”, o que seria sinônimo de um “voto pela modernidade” (*O Estado de S. Paulo*, 17/12/89, *apud* FONSECA, 2005: 326). Quer dizer, romper com o passado, “arcaico”, patrimonialista e responsável pela situação calamitosa da economia, da política e da sociedade brasileira significava optar pelo novo, pelo moderno, pelo neoliberalismo.

Após eleito presidente, Collor contribuiu de forma exemplar para reforçar esse imaginário moderno na opinião pública nacional e de que a transformação deveria ocorrer a partir de reformas na máquina pública. Neste sentido, ele chamou os carros brasileiro de “carroças” ao compará-los com os europeus, declarou sua intenção de integrar o país ao Primeiro Mundo (Istoé/Senhor 14/02/90) e promoveu uma série de ações midiáticas como a venda de carros e mansões do governo (SALLUM JR. e GRAEFF, 2004); além de acenar

⁹ Não pretendo entrar aqui no debate em torno do papel da mídia nas eleições de 1989, pois isso seria fugir do foco deste artigo. Minha intenção é somente destacar a relação que foi criada entre o atraso da política patrimonial no Brasil, as propostas neoliberais, e a figura do então candidato Collor, revelando um interessante jogo entre “atraso” e “moderno”, já bastante marcado na história brasileira.

com um discurso modernizante desde o primeiro dia de governo e demarcar a diferença entre os que querem o moderno e os que lutam pelo atraso:

Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo. Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. (COLLOR DE MELLO, 1990).

Collor até tentou colocar em prática esse projeto “modernizante”, com a extinção de subsídios, a diminuição de barreiras comerciais e o anúncio de uma “nova política industrial”, a privatização de algumas empresas, a redução do déficit público, a criação de programas de incentivo à competitividade das empresas e um projeto de “integração competitiva” do país aos mercados internacionais¹⁰. Contudo, por diversos motivos, seu governo não foi capaz de oferecer a empresário e trabalhadores os benefícios que esperavam com a introdução da nova agenda político-econômica no Brasil. Assim, apesar de algumas propostas de cunho neoliberal já estarem presentes no início da década de 1990, como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a retirada da tutela do Estado sobre as relações capital-trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas, uma nova associação com o capital internacional por meio da criação de “*joint ventures*” e a integração regional que abriria novos mercados para os produtos brasileiros, a abertura do mercado de capitais, as privatizações¹¹, etc. (SALLUM JR. e GRAEFF, 2004), será somente com a estabilização da economia após 1994 que essas idéias começarão a ganhar materialidade. A partir do Plano Real, ações que eram antes meramente valorativas, ganham status de racionalidade instrumental, o neoliberalismo que se tornou hegemônico na sociedade brasileira será, então, fortemente marcado por essas assimilações de atraso e moderno. O trabalho só será concretizado com a reacomodação das classes sociais no interior do pacto hegemônico.

Considerações Finais

De maneira bem sucinta, gostaríamos de concluir apontando, como o faz Brandão (2007: 65-6), que o “libelo contra o ‘estamento burocrático’” de Faoro, justamente por ter sido “formulado em um período em que o Estado era o repositório das esperanças nacionais, só obteve êxito década e meia depois, quando este [o Estado] deixava de ser visto como

¹⁰ Sobre a formulação e a tentativa de implantação da estratégia de “integração competitiva” cf. Mourão (1994).

¹¹ É importante salientar que nem todas essas propostas encontravam adesão dos diversos setores envolvidos, algumas eram vistas com bastante desconfiança tanto por empresários como por trabalhadores e sua implementação ou não dependerá de intensas disputas e negociações ao longo dos anos seguintes.

solução das mazelas para ser visto como problema”. No momento atual, seguindo ainda seguindo a trilha de Brandão, a situação político-intelectual teria se invertido, pois

as mutações ideológicas na cultura capitalista mundial, o fracasso do socialismo como alternativa de modo de vida, a perda de capacidade hegemônica da cultura de esquerda, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, a memória do comprometimento de boa parte do conservantismo com o estatismo e com o autoritarismo, a consolidação de uma sociedade de consumo de massas e a internalização dos valores individualistas possessivos na condução da vida cotidiana, abriram a *possibilidade* de que o liberalismo [...] se torne finalmente uma idéias dominante na formação social brasileira (Brandão, 2007: 66, *grifo nosso*).

Desse modo, a conjuntura e o ideário resenhados acima abririam a *possibilidade* para a introdução no Brasil de uma nova visão de mundo que imputava ao Estado todas as mazelas do país e, em diálogo com o que havia de mais “moderno” no mundo ocidental, isto é, o neoliberalismo, ofereceram um novo modelo de desenvolvimento para o país. No entanto, essa *possibilidade* só se concretizaria anos mais tarde quando os grupos e classes sociais puderam associar as ações até então valorativas com ações que estavam de acordo com seus interesses objetivos, se transformando em prática definitiva do governo brasileiro.

Como afirma Werneck Vianna (1999: 46), “o *moderno*, pois, não veio a *encantar* o mundo dos brasileiros [...], mas a racionalizar a vida a partir de valores de mercado”. Assim, a permanência deste discurso, atualmente, como predicativo do Brasil, a despeito de todas as mudanças promovidas em mais de uma década de políticas neoliberais e, mais ainda, o fato destas mudanças terem sido feitas em aliança com as forças que sempre estiveram intimamente associadas às velhas práticas patrimoniais; por um lado, indica que o uso do conceito de patrimonialismo sempre teve uma forte conotação política, sendo apropriado de acordo com interesses em jogo em cada momento e, por outro, aponta para outras possíveis fontes de nosso patrimonialismo, como por exemplo, a eternamente mal resolvida questão agrária (Cf. WERNECK VIANNA, 1999).

Bibliografia

- BORTOLUCI, J. H. 2009. *Pensamento Eurocêntrico, Modernidade e Periferia: reflexões sobre o Brasil e o Mundo Muçulmano*. São Paulo. Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BRANDÃO, G. M. 2007. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Adelardo e Rothschild Ed.
- CAMPANTE, R. G. 2003. “O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira”. In: *DADOS* 46(1): 153-193.
- CARNEIRO, R. 2002. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. 1985. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COLLOR DE MELLO, F. 1990, Discurso pronunciado na cerimônia de posse, Congresso Nacional, 15/03/90. Disponível em: <www.collor.com.br>. Acesso em: 01/04/2009.
- COVAS, M. 1989. “O choque de capitalismo”. *Anais do Senado*, Brasília, 28 de junho de 1989. Discurso pronunciado no Senado.
- DAVIDOFF CRUZ, P. “Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta”. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense. V.2.
- FAORO, R. 2001. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Globo.
- FONSECA, F. 2005. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- MOURÃO, J. O. F. 1994. “A integração competitiva e o planejamento estratégico no sistema BNDES” In: *Revista do BNDES*, v. 1 n. 1, jun. 1994 – Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- PADILHA, M. L. 2002. *Empresários e a crise do modelo brasileiro de desenvolvimento*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.
- SALLUM JR., B. J. 1996. *Labirintos: dos generais à nova república*. São Paulo: Hucitec.
- _____; & GRAEFF, E. P. (orgs.). 2004. *POLI: Eventos da política nacional, 1987-1995* (Banco de dados). São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política. In: Consórcio de Informações Sociais. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em várias datas.
- SCHWARTZMAN, S. 1982. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- SOUZA, J. 1998. “A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38. São Paulo, outubro de 1998.
- VELASCO E CRUZ, S. C. 1995. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP. (Coleção Momento).

_____. 1997. *Estado e economia em tempos de crise: política industrial e transição política*. Rio de Janeiro: Relume Damará; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas.

WERNECK VIANNA, L. 1999. "Weber e a interpretação do Brasil". In: *Novos Estudos Cebrap* 53: 33-47.